

Governo freia emendas após apoio de Lula a Lira

Bolsonaro autoriza remanejamento de verbas do orçamento secreto em meio à aproximação entre presidente eleito e chefe da Câmara

» VINICIUS DORIA

O presidente Jair Bolsonaro assinou, ontem, um decreto autorizando os ministérios a remanejar verbas para cobrir buracos do Orçamento deste ano, incluindo os recursos destinados às emendas do relator do chamado orçamento secreto. A ordem é bloquear a liberação desses montantes para que o governo federal possa honrar compromissos até o fim do ano sem furar o teto de gastos. Na prática, o Executivo retira dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o poder de negociar a liberação de verbas com as suas respectivas bases parlamentares.

Outra ação do Planalto é o envio ao Congresso de um projeto de lei que autoriza o governo a remanejar recursos de emendas parlamentares para cobrir despesas obrigatórias. Segundo informou o *Estado de S. Paulo*, o texto, se aprovado, praticamente acaba com o poder de negociação dos presidentes das duas Casas e do relator do Orçamento da União com base nas emendas parlamentares.

Segundo o jornal paulista, o Executivo usou como justificativa para os dois atos a falta de recursos para despesas urgentes, após os sucessivos bloqueios que a área econômica precisou fazer para cumprir a regra do teto de gastos. Dos R\$ 16,5 bilhões reservados para o orçamento secreto neste ano, R\$ 7,8 bilhões não foram liberados e estão bloqueados pelo governo federal (**leia mais sobre o contingenciamento na página 7**).

As medidas foram assinadas por Bolsonaro no mesmo dia em que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, no hotel em que está hospedado no centro de Brasília, os dois presidentes do Poder

Legislativo para discutir a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que retira do teto as despesas com o Auxílio Brasil (a ser rebatizado de Bolsa Família). Em reuniões separadas, Lula também conversou sobre governabilidade a partir de sua posse, em 1º de janeiro. E ouviu dos dois presidentes que a PEC terá tramitação célere no Legislativo.

Os encontros ocorreram um dia após o PT definir formalmente o apoio do partido à reeleição de Lira para a presidência da Câmara. A recondução de Pacheco ao comando do Senado também contará com o aval do partido.

Essa foi a segunda vez que Lula se encontrou com os dois políticos. Na primeira, uma semana após a vitória no segundo turno da eleição presidencial, ele foi à residência oficial da Câmara e do Senado para uma visita de cortesia.

A aprovação da PEC até meados de dezembro é a prioridade do governo de transição, que ainda não sabe qual montante de recursos poderá ser mobilizado para atender demandas urgentes da máquina pública a partir de janeiro.

Após a reunião com o presidente eleito, Rodrigo Pacheco declarou, no Senado, que o encontro "foi positivo, um amadurecimento de questões".

Lula ficará em Brasília até amanhã, articulando a montagem da futura equipe ministerial e da base de apoio no Congresso.

Políticos que participam dos trabalhos do gabinete provisório no CGBB indicam que o presidente eleito deve começar a anunciar seu time de governo na semana que vem. Nessa primeira lista, são esperados os nomes para os **ministérios da Fazenda** e da

Defesa, além dos chamados ministros palacianos da Casa Civil e da Secretaria de Governo.

Sem pressa

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), disse, ontem, que Lula "não está com pressa de definir ministério", após ser questionado sobre o anúncio do nome que deve ocupar a Fazenda. "Eu acho que ainda demora um pouquinho mais. O presidente não está com pressa para definir ministério, agora é hora de ouvir bastante", disse, ao ser perguntado se o anúncio para a Fazenda ocorrerá ainda nesta semana.

ED ALVES/CE/DA/Press



As medidas foram assinadas por Bolsonaro no mesmo dia em que Lula se encontrou com Lira para discutir a PEC da Transição

» Brecha para aumento de gasto

O Congresso deixou uma brecha para aumentar o Orçamento de 2023 antes de aprovar a PEC da Transição. Parecer preliminar da Lei Orçamentária Anual, aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, autoriza o aumento de despesas incorporando propostas ainda em tramitação no Parlamento, incluindo a PEC. Assim, na falta de um acordo político, os congressistas poderão aprovar despesas "condicionadas", deixando os recursos orçamentários para serem liberados após a aprovação da PEC.

Tempo para aprovar reforma tributária

O nome mais cotado para assumir o Ministério da Fazenda, a ser recriado a partir da divisão do atual Ministério da Economia em três (os outros são Planejamento e Indústria, Comércio e Serviços), é o do ex-ministro Fernando Haddad, que passou a tarde, ontem, reunido em Brasília com o grupo de Economia do governo de transição.

Antes de embarcar para São Paulo, no início da noite, Haddad reafirmou que a prioridade do governo eleito é aprovar a PEC da Transição antes de apresentar qualquer proposta sobre um novo marco fiscal, que ele prefere chamar de "arcabouço". Essa nova âncora de responsabilidade fiscal, que substituirá a regra do teto de gastos e a regra de ouro, será apresentada na

sequência da reforma tributária, sobre a qual já há dois projetos em tramitação, um na Câmara e outro no Senado.

"O arcabouço fiscal, como chamamos, não está sendo desenhado agora. É muito pouco tempo de tramitação da PEC para fazer uma substituição (da âncora fiscal). A PEC é para ganhar, justamente, o tempo necessário para fazer a reforma tributária e encaminhar o novo arcabouço fiscal", frisou.

Já o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com os deputados Adolfo Viana (PSDB-BA) e Alex Manente (Cidadania-SP). Os dois representam a federação PSDB/Cidadania, que anunciou posição de independência em relação ao novo governo. Mas ambos

afiançaram o apoio à PEC da Transição, desde que sejam alterados pontos de divergência, principalmente o prazo de quatro anos para vigência da exclusão dos recursos da Bolsa Família do teto de gastos. A federação defende que essa licença seja válida apenas para o ano que vem.

"Nós temos a missão de rever o teto de gastos e a regra de ouro, porque não podemos sempre ficar no penduricalho para ter condições de dar Auxílio (Brasil/Bolsa Família). Ou nós antecipamos essa revisão prevista para daqui a cinco anos ou vamos sempre ter de fazer algo que é exceção para aquilo que é obrigação", disse Manente. Elegante, porém, que as duas legendas apoiarão a PEC. (VD)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2